

Governo condiciona liberação de R\$ 1,3 bi à meta de superávit

Ribamar de Oliveira
De Brasília

O governo criou "um bloqueio temporário" de 4% do Orçamento, o que equivale a R\$ 1,3 bilhão, e que será alocado ao longo do ano às diversas áreas pelos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento e Orçamento, Martus Tavares, se não houver riscos para a execução da meta de superávit primário (receitas menos despesas, exceto o pagamento de juros) de 2,6% do governo central este ano. "Esse bloqueio será uma garantia adicional de que a meta será cumprida", explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

Se os recursos forem efetivamente utilizados, o corte orçamentário ao final deste ano terá ficado em R\$ 6,1 bilhões e não nos R\$ 7,461 bilhões anunciados ontem. Esse "bloqueio temporário" foi feito nas contas dos ministérios de maneira linear, de acordo com Bier.

O decreto de cortes que será publicado hoje pelo Diário Oficial reduz as chamadas "despesas discricionárias" (aquelas que podem ser alteradas) de R\$ 42,978 bilhões, como estão na lei orçamentária, para R\$ 35,516 bilhões. Dentro desse limite foi incluída uma rubrica chamada de "reserva", no valor de R\$ 1,1 bilhão, que serão distribuídas aos vários ministérios provavelmente até o final de junho pelos ministros Pedro Malan e Martus Tavares. "Vamos ver a reação de cada um aos cortes e o choro", explicou o ministro Martus Tavares.

Uma área que certamente terá



Amaury Bier anuncia corte de R\$ 6,1 bilhões

recursos adicionais é a da Saúde, que ficou, após os cortes, com dotações inferiores à do próprio projeto de lei remetido pelo governo ao Congresso Nacional em agosto do ano passado. Pelo limite fixado de gastos fixado no decreto, de R\$ 14,894 bilhões, os investimentos na Saúde este ano ficarão abaixo daqueles realizados em 1999. "Como a Lei de Diretrizes Orçamentárias determina que não se pode gastar menos do que no ano passado, esses recursos certamente serão recompostos", explicou Amaury Bier.

A área de Transportes foi a que mais sofreu com a tesoura do go-

verno. Perdeu R\$ 2,491 bilhões da verba que está na lei orçamentária (51,1%). Seu orçamento encolheu R\$ 243,6 milhões (9,26%) também em relação ao projeto de lei. Os cortes feitos pelo governo vão compensar, segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Guilherme Dias, o impacto do salário mínimo nas contas da Previdência Social, estimado em R\$ 1,2 bilhão, um crescimento de R\$ 1,5 bilhão nas despesas com o pagamento do funcionalismo público federal, uma transferência adicional de R\$ 700 milhões aos Estados e Municípios por conta da

mudança da Lei Kandir, gastos adicionais não especificados no seguro desemprego, na Lei de Assistência Social (LOAS) e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

O aumento dos gastos com pessoal foi provocado principalmente, explicou Guilherme Dias, por causa da reestruturação das carreiras dos fiscais da Receita Federal e do INSS, das gratificações concedidas aos membros da Polícia Federal e aos corpos docentes das universidades e das escolas secundárias públicas. Amaury Bier e Guilherme Dias não informaram se as despesas com o pagamento dos juros reais das dívidas públicas foi aumentado. Essas despesas que cairão muito este ano, em comparação com o de 1999, foram orçados na lei orçamentária com base numa taxa média de juros nominais de 13,9% e uma inflação de 6,1% para este ano.

O decreto que será divulgado hoje pelo Diário Oficial conterá anexo com a definição de gastos com o pagamento do funcionalismo por cada Ministério. Com isso o governo pretende garantir os chamados "pagamentos normais" de pessoal e obrigar cada órgão a discutir previamente com a Comissão de Controle Fiscal (CCF) as despesas adicionais, provocadas principalmente por decisões judiciais. O governo vai mudar também o código dos recursos originários da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Esses recursos serão considerados como do Tesouro e terão a fonte 100.

ROBERTO JAYME/VALOR